

Sociolinguística e Dialetoлогия : uma educação linguística para valorizar o outro

Karina Rodrigues de Faria¹
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Maria do Socorro Pessoa²
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

1. Estudos teóricos: Sociolinguística e Dialetoлогия

1.1 A Sociolinguística

A Sociolinguística, desde seu surgimento em 1964, através de seus pesquisadores, articula a linguagem com os aspectos de ordem social e cultural. Os estudos realizados estão voltados para os fenômenos linguísticos na inter-relação da Língua. A Sociolinguística pode ser definida como o estudo da variação na língua.

Ao considerar como objetivo da Sociolinguística a diversidade linguística, pode-se destacar a relevância do fato que ocorre quando línguas ou dialetos entram em contato. Esses encontros de variações linguísticas podem revelar, além de empréstimos e interferências, atitudes sociolinguísticas e preconceitos linguísticos.

Com base nas afirmações de CALVET (2002), sabemos que as atitudes sociolinguísticas podem ser variadas. Entretanto, normalmente iniciam-se com o preconceito. Segundo HOUAISS (1994, p. 589), preconceito é “julgamento ou opinião concebida previamente; opinião formada sem fundamento justo ou conhecimento suficiente.” Sabe-se que esta questão também se aplica em relação à língua. O preconceito linguístico é gerado por uma ideologia que

¹ Karina Rodrigues de Faria é especialista em Gestão, Orientação e Supervisão Escolar na IESA – Vilhena e mestranda em Ciências da Linguagem na Universidade Federal de Rondônia.

² Maria do Socorro Pessoa é Docente e Pesquisadora da Universidade federal de Rondônia, Campus de Vilhena. Doutora em Sociolinguística e Pós-Doutora em Formação de Professores de LP.

sofreu a aplicação agressiva e autoritária da chamada norma culta. Alkmin nos diz que:

o fato de que sociedades como a nossa tenham, em função de razões históricas e políticas, identificado a chamada língua padrão com os usos linguísticos dos grupos urbanos socialmente superiores não pode justificar o exercício do preconceito e da discriminação linguística. E aí está o desafio. (2001, p. 37).

Nota-se, então, que o preconceito linguístico tem como alicerce os estereótipos que nada mais são que um tipo de imagem preconcebida de algo ou alguém, baseados numa generalização ou numa forma pré-determinada. Em BISINOTO (2000, p. 43) consta que para LABOV (1977) e para CHAMBERS e TRUDGILL (1994):

O estereótipo está relacionado às formas Linguísticas, ou melhor, são elas próprias, aquelas que, de alguma forma, merecem na comunidade uma avaliação social relevante, algumas fortemente estigmatizadas, o que resulta quase sempre, no seu desaparecimento. (BISINOTO, 2000, p. 43).

Segundo CALVET (2002), é possível notar os comportamentos linguístico-sociais que são provocados. Tais comportamentos se revelam de duas formas: alguns são voltados para a própria fala e uns são em relação à fala de outro. Frequentemente, quando se trata da língua de outro falante, aparecem atitudes sociolinguísticas positivas ou negativas.

A própria língua é valorizada quando o indivíduo fala a forma de "prestígio" ou acredita falar. Nessa questão de valores surgem os sentimentos de segurança e insegurança. CALVET afirma que:

Fala-se de segurança linguística quando, por razões sociais variadas, os falantes não se sentem questionados em seu modo de falar, quando consideram sua norma a norma. Ao contrário, há insegurança linguística quando os falantes consideram seu modo de falar pouco valorizado e têm em mente outro modelo, mais prestigioso, mas que não praticam. (2002, p. 72).

Entende-se que atitudes sociolinguísticas são todas as sensações e reações ligadas à língua, seja a própria ou de outro falante. Elas estão presentes no dia-a-dia do ser humano, independente da língua que este fala e da cultura em que vive. Todos os falantes têm uma posição tomada, e outras a serem tomadas, de forma positiva ou negativa, favorável ou desfavorável em relação a uma fala, fato que também é comentado por ALKMIM:

Em qualquer comunidade de fala podemos observar a coexistência de um conjunto de variedades linguísticas. Essa coexistência, entretanto, não se dá no vácuo, mas no contexto das relações sociais estabelecidas pela estrutura sociopolítica da cada comunidade. Na realidade objetiva da vida social, há sempre uma ordenação valorativa das variedades linguísticas em uso que reflete a hierarquia dos grupos sociais. Isto é: em todas as comunidades, existem variedades que são consideradas superiores e outras inferiores. (2001, p. 39).

Conclui-se, então, que, ao levar em consideração essas atitudes e o que acontece ao passar da história, pode-se constatar que elas são de grande importância e muitas vezes determinantes na variação linguística, como afirma TRASK (2004, p. 303) a “variação... é parte vital do comportamento linguístico de todos os dias.”

1.2 A Dialectologia

Os brasileiros, pioneiros no estudo da dialectologia, são os professores Serafim da Silva Neto, Antenor Nascentes e Cândido Jucá Filho inicialmente e, posteriormente, os professores Sílvio Elia, Celso Ferreira da Cunha, Nelson Rossi e Heinrich Bunse. Mas essa área de pesquisa no Brasil ainda não tem muita tradição. Entendemos que a Dialectologia é a ciência que faz o levantamento das falas regionais e suas diferenças. E, ainda, compara e analisa as características e tendências linguísticas. DUBOIS afirma que:

A dialectologia é também o estudo conjunto da geografia linguística e dos fenômenos de diferenciação dialetal ou dialeção, pelos quais uma língua, relativamente homogênea numa dada época, sofre no curso da história certas variações – diacrônicas em certos pontos e

de outra natureza noutros – até terminar em dialetos, e mesmo em línguas diferentes. Então, a dialetologia, para explicar a propagação ou a não-propagação desta ou daquela inovação, faz intervir razões geográficas (obstáculos ou ausência de obstáculos), políticas (fronteiras mais ou menos permeáveis), sócio-econômicas, sócio-culturais (rivalidades locais, noção de prestígio) ou linguística (influência de substrato, de superestrato, de adstrato). (2004, p. 79). Estabelece-se, assim, o mapa das ondas linguísticas, fazendo aparecer zonas centrais em que a inovação é generalizada e zonas periféricas em que se mantêm os arcaísmos. (2006, p. 185).

Ao considerar essas afirmações, e com base no que ARAUJO (2009) e RODRÍGUEZ (2009) dizem, constatamos que os dois estudos, dialetologia e geografia linguística, não se excluem, e sim, se completam. Ambos possuem os dialetos como objeto de estudo. O que os diferencia é o modo de apresentação desse estudo.

RODRÍGUEZ (2009), afirma que, para elaborar um atlas linguístico é necessário seguir um planejamento rigoroso. Ele limita-se a uma determinada área geográfica, que há possibilidade de ser estudada; as normas são estabelecidas para determinar o objetivo e a aplicação das pesquisas de campo para a coleta de dados. Após a coleta e processamento dos dados de todas as regiões do território, ocorre a elaboração e publicação dos atlas.

Inúmeros atlas linguísticos foram planejados. Alguns foram concluídos e outros não. Foram desenvolvidos em diversos países e localidades. Fato confirmado por TRASK:

O estudo dos dialetos regionais, conhecido como geografia linguística ou dialetologia, foi umas das principais áreas da linguística até o final do século XIX; houve muitos estudos sobre a variação regional, que, no caso dos países europeus, resultaram na publicação de atlas dialetais...”

Estas pesquisas contribuem para identificar as especificidades linguísticas da localidade, da região e até mesmo do país. Para o dialetólogo é essa heterogeneidade revelada na língua, na fala, que vai interessar, pois são as complexidades do sistema linguístico e as variações que são definidas pelas diferenças geográficas.

Dialetos são variedades linguísticas regionais ou sociais, que podem ser identificadas. BRANDÃO (1991, p. 16-17) comenta que:

“O Brasil, em decorrência do processo de povoamento e colonização a que foi submetido, bem como das condições em que se deu sua independência política e seu posterior desenvolvimento, apresenta grandes contrastes regionais e sociais.”

E, ao considerar essa afirmação, pode-se dizer, também, que este país possui, dentro destes contrastes, devido aos mesmos motivos, uma grande variação linguística que, em outras palavras, é a heterogeneidade que possibilitou o surgimento de diversos dialetos.

2. O outro

A população do Brasil, como sabemos, é constituída por diversos povos. Desde que o país foi “descoberto” ou “inventado” está recebendo gente de todo mundo, além dos indígenas que aqui já viviam. Começou com os portugueses, e daí por diante, o território brasileiro foi habitado por representantes de inúmeras nações. Ao chegarem ao Brasil, cada grupo se fixou numa determinada região, como se pode encontrar, por exemplo, o grande número de descendentes de japoneses e de italianos no estado de São Paulo, e muitos descendentes de alemães no Rio Grande do Sul. Com essas fixações, e com o tempo que já ocorreu, a cultura local de cada região pode ser considerada definida. Entretanto, há regiões no Brasil que a cultura ainda está relativamente em formação, isso devido à grande diversidade de povos, como a da região Amazônica.

Com base nas afirmações de GONÇALVES (2005), pode-se dizer que a história da colonização da Amazônia brasileira se divide em quatro fases: a primeira acontece com os jesuítas, durante o período colonial, quando foram instaladas missões na região, que tinham como objetivo catequizar os indígenas e objetivavam, também, a exploração das drogas do sertão; a segunda ocorreu ainda no império de D. Pedro II. Os nordestinos, fugindo da

seca, imigraram para a região para trabalharem no ciclo da borracha, que durou até os primeiros anos do século XX, só terminou quando o Sudeste Asiático teve sua produção mais barata que a amazônica; a terceira foi o segundo ciclo da borracha, durante a segunda guerra mundial. Os Estados Unidos precisavam do Látex brasileiro, e, para obtê-lo, celebrou-se o Acordo de Washington, o que leva o governo Getulio Vargas a lançar uma campanha que leva novamente os nordestinos para a Amazônia, A quarta fase é o governo brasileiro com o intuito de integrar a região amazônica através de inúmeras iniciativas, como a implantação da Zona Franca de Manaus e promoção de ocupação por garimpeiros, extrativistas, sertanejos, criadores de gado ou empresas de mineração, porém, se tornou alvo de uma série de críticas da comunidade internacional e de especialistas. Com essa heterogeneidade, a cultura amazônica só pode ser peculiar, pois é influenciada por todos os povos representados nessa região e tem como base a cultura do caboclo, do índio, do ribeirinho e dos negros quilombolas, fazendo com que a heterogeneidade não seja apenas de sentido econômico, mas, também, e intensamente, de nível lingüístico e cultural. São grandes exemplos da manifestação cultural amazônica o Boi-Bumbá de Parintins, o Festival de Cirandas em Manacapuru, Arraial Flor do Maracujá em Porto Velho, e muitos outros.

2.1. Rondônia: olhar, tentar “ver”

A colonização da área interiorana da Amazônia foi acelerada com a criação dos Territórios Federais, o que possibilitou a entrada na região Amazônica.

Com base nas afirmações de SILVA (1984) e MENEZES (1988), podemos dizer que com a implosão do conflito mundial em 1939, os aliados perderam os seringais da Malásia, forçando-os à região amazônica em busca da borracha. O Brasil, com o governo Vargas, em 1942, assina os acordos de Washington, que ativava a produção da borracha na Amazônia.

Os acordos de Washington propiciaram a criação de vários Territórios Federais na Amazônia. Através do Decreto-Lei n.º 5.812, de 13 de setembro de 1943, foi criado o Território Federal do Guaporé, atual Rondônia; do Rio Branco, atual Roraima; e de Amapá. Uma das razões para a criação do território federal do Guaporé foi a questão da proteção de fronteira, para assegurar melhor os domínios brasileiros. Além disso, o que possibilitou essa criação foi o fato da perda dos seringais da Malásia pelos aliados.

O Território Federal do Guaporé, que valorizou os aspectos econômico, social e político da região amazônica, auxiliou muito nas mudanças dos elementos tradicionais ambientais e contribuiu para o desenvolvimento. Valorizou o homem que vivia na ribeira e nos barrancos e que exercia suas atividades às margens dos rios Machado, Mamoré, Guaporé, Madeira e outros. Em 1956, o Território Federal do Guaporé passa a ser Território Federal de Rondônia. Esta mudança de nome ocorreu com a Lei n.º 2.731, de 17 de fevereiro de 1956, criada pelo deputado federal pelo Estado do Amazonas, Áureo de Melo, e assinada por Juscelino Kubitschek e Nereu Ramos. Conforme o autor da Lei é uma homenagem ao Marechal Rondon.

Com base nas afirmações de TEIXEIRA & FONSECA (2001), podemos dizer que a população teve um forte crescimento por causa do fluxo migratório contínuo, vindos de todas as partes do Brasil. Estabeleceram-se no vale do Alto Madeira, para trabalhar no garimpo de ouro; e também no eixo da BR 364, em núcleos de colonização agrícola. Este movimento fez crescer o anseio de criação do Estado de Rondônia. O território surgiu com quatro municípios, que mais tarde foram agrupados em apenas dois, Porto Velho e Guajará-Mirim, e depois foram criados mais cinco municípios ao longo da rodovia, em 1977: Cacoal, Ariquemes, Ji-Paraná, Pimenta Bueno e Vilhena. O Território Federal de Rondônia estava sendo considerado como “a terra de promessa, fartura, progresso e trabalho”, era o novo Eldorado destacado nas manchetes nacionais.

Foram criados novos municípios em 1981, agora com alguns fora do eixo da BR 364, um como resultado de povoação antiga, devido à construção

do Forte Príncipe da Beira: Costa Marques; e quatro com colonização recente: Colorado do Oeste, Espigão do Oeste, Presidente Médice e Ouro Preto do Oeste.

Como o Território Federal de Rondônia estava se desenvolvendo fortemente, o Coronel de Artilharia Jorge Teixeira de Oliveira, foi indicado pelo Ministro do interior Coronel Mário David Andrezza ao presidente da República General João Batista de Oliveira Figueiredo, para governar o território, e então, tomou posse em 10 de abril de 1979. A maior missão que lhe estava reservada para este lugar, que crescia muito e apresentava várias possibilidades que atraía muitas pessoas, era de preparar o Território, nos aspectos econômico, administrativo e político, para uma transformação em um novo Estado.

Atualmente o Estado de Rondônia está dividido em 52 municípios. Suas maiores cidades em número de habitantes, segundo o IBGE (2005), são: Porto Velho, capital do Estado, que está localizada na região norte de Rondônia e tem como distritos Jaci-Paraná, Mutum-Paraná, Abunã, Nova Califórnia, Extrema, São Carlos e Calama; a cidade de Ji-Paraná, na região central do Estado; Ariquemes, também na região central, mas está na porção mais ao norte; Cacoal, no centro do Estado, mais ao leste; e Vilhena, na região sul, na porção mais ao leste do Estado de Rondônia.

2.2 Povos de Rondônia

Como já vimos, a população do Estado de Rondônia é diversificada, pois recebeu gente de toda parte do país. Porém esta região possui também um povo considerado tradicional e/ou grupos minoritários, como os indígenas, os ribeirinhos e as populações remanescentes de quilombos.

Algumas considerações sobre esses povos:

a) Indígenas

Inicialmente, a história destaca os grupos indígenas, que são marcantes na formação cultural da região Amazônica. Quando os primeiros colonizadores

aqui chegaram, encontraram inúmeras comunidades indígenas. De acordo com OLIVEIRA (2001), em toda área amazônica existiam vários povos indígenas sedentários e nômades. Esses se comunicavam em várias línguas. Muitas ainda são faladas pelos indígenas da Amazônia e estão distribuídas nos troncos linguísticos Tupi, Aruak, Karib, Tucano, Pano e Jê. Destes grupos muitos chegaram à extinção, por causa do colonizador, outros passaram por várias etapas de contato, de forma que vivem até hoje, isolados, em contatos intermitentes, em contato permanente e até integrados.

ROQUETE-PINTO (1938) nos diz que os indígenas na primeira metade do século XX eram organizados conforme sua cultura. Moravam em aldeias, suas casas eram feitas como malocas, normalmente usavam palha, como a de babaçu. Viviam da pesca, da caça e do próprio plantio. Eram conhecedores dos terrenos férteis e das épocas propícias para plantarem algumas árvores frutíferas e alguns vegetais. Tinha como liderança o Cacique, posição que era passada de pai para filho. Em relação à religiosidade, havia o Pajé, que os orientava, além de realizar várias festas e cerimônias. Ressalta-se, porém, o fato de que alguns aspectos culturais variam entre os povos.

Segundo as pesquisas realizadas pela CIMI - Conselho Indigenista Missionário (2002) estima-se que na região, que hoje é o Estado de Rondônia, no século XVIII, havia cerca de 80.000 indígenas de diversas etnias. Contudo, com a chegada do não indígena, trazido pelos muitos motivos: procura de ouro, seringa, terras, madeira e outros, os povos indígenas começaram a ser dizimados, uns foram massacrados e outros usados como mão de obra escrava. Além das doenças contagiosas, que só conheceram depois desse contato, e acabaram não resistindo, como a gripe, sarampo, catapora, caxumba, tuberculose e malária. Com o decorrer da história, o número de indígenas que era de 80.000 a três séculos atrás, atualmente, são um pouco mais ou menos 7.000 pessoas. Nos nossos dias, a situação indígena, no Estado de Rondônia, é muito diferente. Vários grupos estão em extinção, e outros surgiram a partir de contatos recentes ou vindos de estados vizinhos.

De acordo com as informações da FUNAI (2005), existem ainda, no Brasil, cerca de 54 grupos sem contato. São definidos também como autóctones, autônomos, indígenas livres ou arredios. A grande maioria está localizada na região amazônica, com exceção dos Zo'É, que vivem no estado de Goiás. Em Rondônia, estima-se a existência de dez desses grupos. No interior da T.I. Uru Eu Wau Wau, há três desses grupos, conhecidos por Yvyraparaquara, Urupan-in e Jururei.

b) Ribeirinhos

No século XIX, o maior determinante econômico para a ocupação dessa área foi a borracha. Com essa nova atividade, a navegação do rio Madeira foi muito utilizada. De acordo com PERDIGÃO E BASSEGIO (1992), para atender a demanda do mercado externo, foi necessário o aumento da produção de borracha. Desta forma, um grande número de migrantes partiu para a região, impulsionados pelas propagandas enganosas, dos governos amazônicos, de emprego e subsídios para as despesas de viagem. Estes migrantes eram nordestinos, principalmente cearenses. Estavam dispostos a trocarem a grande seca do nordeste por lucros na produção da borracha. Porém, foram disseminados pelos seringalistas, pois cada um era responsável por aproximadamente 450 árvores, e com isso tinham que lutar com os indígenas, que estavam defendendo suas terras; tinham que enfrentar os desafios e agressividades físicas e morais, além de receber em troca de seu trabalho apenas gêneros alimentícios, combustível, instrumento de trabalho e quase nunca dinheiro.

Com base nas afirmações de SILVA (2003) podemos dizer que no final do século XIX, a ocupação na Amazônia era de caráter linear e “beradeiro”, por causa do extrativismo das seringas nativas. Quando os nordestinos com suas famílias vieram trazidos pelos seringueiros para os seringais, se estabeleceram às margens dos rios Amazonas, Madeira, Ji-Paraná, Negro, Guaporé, Abunã, Acre, Purus e vários outros da região, assim os indígenas dispersaram dessas regiões e o desenvolvimento do extrativismo se tornou viável. Os motivos

desses trabalhadores da seringa ficarem nas margens dos rios, ao invés de entrarem na mata, eram os constantes ataques dos indígenas; a dificuldade em entrar na floresta com a família, que normalmente era numerosa; e também porque as famílias eram da responsabilidade dos seringalistas, assim tornava-se mais prático o fornecimento de remédios, alimentação e outros utensílios de necessidade básica do seringueiro e família.

Com o fim da atividade da extração do látex, muitos seringalistas abandonaram seus seringais e fizeram acordo com o INCRA para receberem indenização, outros se afastaram, mas mantiveram a posse da terra. Dos seringueiros, alguns foram para a cidade em busca de uma estrutura melhor e educação para seus filhos, e a maioria se estabeleceu definitivamente nas margens dos rios, porém adotaram a atividade de pesca e agricultura. São conhecidos, então, como “ribeirinhos”.

c) Populações remanescentes de quilombos

Atualmente, sabe-se que há doze grupos remanescentes quilombolas em Rondônia. De acordo com as afirmações de SANTOS (2000), a história da ocupação de Rondônia está sempre ligada a questões de ordem econômica, e este fato não é diferente quando se trata dos quilombolas.

Conforme afirmam TEIXEIRA E AMARAL (2009), sobre as populações negras da Bacia do Guaporé, sabemos que foi no século XVIII que se iniciou a ocupação da Bacia do Guaporé por não indígenas. A Coroa Portuguesa se interessou grandemente por essa região quando foram encontradas lavras de ouro. Apesar do fato de que o território pertencia à Espanha, mas também ao considerar que esta não podia explorá-lo, pois já estava concentrada nas minas de ouro da Bolívia e Peru. Portugal avança pelo território. Inicialmente faz uso da mão de obra indígena, e cria as primeiras vilas. Entretanto, com a ânsia de explorar e ocupar a região decide utilizar o trabalho escravo, de origem africana, e assim, criou também uma relação de aproximação com os indígenas, de forma a evitar ameaça espanhola. Como confirma Teixeira:

Desta forma, o trabalho escravo indígena era uma alternativa descartada no Vale do Guaporé. Para atender a todas as necessidades decorrentes da empreitada colonizadora e das demandas da mineração e da subsistência, o governo colonialista optou pela consolidação de uma escravidão estruturada a partir da introdução de negros de procedência africana no Vale do Guaporé. (1997, p. 18).

Quando as minas de ouro se esgotaram, os portugueses se retiraram da região, e deixaram os negros com a responsabilidade de proteger o lugar. Além, desses negros que ficaram, existiam os que já haviam fugido pelo Vale do Guaporé. Contudo, essas comunidades negras se reorganizaram e se tornaram camponesas e extratoras. Segundo TEIXEIRA (1997:39) “sua cultura é tipicamente amazônica, e sua religiosidade é católica, marcada pelas mais fortes tradições de devoção popular.

3. A valorização do outro: uma educação linguística

A Constituição Federal, no Art. 5º nos garante que:

“todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...”.

Com base nessas palavras, podemos perceber como é contraditória nossa realidade, a lei nos garante a igualdade, porém, alguns cidadãos nessa mesma nação persistem em uma postura ignóbil de desprezar, menosprezar, e até ridicularizar, apenas porque estão enraizados simplesmente em conceitos pré-determinados, que em muitas vezes não possuem nenhuma constatação sólida. Simplesmente não gostam porque não concordam com alguma postura ou imagem que diverge de suas concepções. Podemos ainda ressaltar o nosso código penal, onde afirma no capítulo I, da Disposição Preliminar, Art. 1º que “Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.” Porém, infelizmente, nem todos os atos preconceituosos são pegos pela Lei, são atos gerados em

relação a uma pessoa, a um povo, a uma atividade, e até mesmo pode ser em relação a si mesmo, um indivíduo que possui preconceito em relação a ele próprio. Muitos desses atos podem ocorrer de forma inconsciente, mas que podem gerar algum desconforto, sérios problemas de rejeição, e também podem surgir vários fatos mais graves. Além dos atos de violência, pode ocorrer a perda de identidade, de cultura.

É por essas afirmações que acreditamos na necessidade da valorização do outro, do valor próprio, do lugar em que vivemos. Segundo Houaiss (2004, p.751) valorizar é “dar ou reconhecer o valor, a importância de (algo, alguém ou si mesmo)... dar destaque positivo a...”. Destacamos aqui que não se trata de uma postura demagoga, mas sim reconhecer realmente as qualidades e importância de cada um na construção de um ambiente.

DUBOIS (2006, p. 163) nos diz que “cultura é o conjunto complexo das representações, dos juízos ideológicos e dos sentimentos que se transmitem no interior de uma comunidade.” HOUAISS (2004, p. 204) também fala que cultura é “... conjunto de padrões de comportamento, crenças, costumes, atividades etc. de um grupo social. Forma ou etapa evolutiva das tradições e valores de um lugar ou período especificado; civilização. Conhecimento, instrução.”

É inevitável o “estranhamento” quando ocorre contato entre duas ou mais pessoas com culturas diferentes, porém, se torna necessário a noção de que essa diferença é real e que cada uma tem suas peculiaridades, e que é possível um convívio respeitoso quando as pessoas envolvidas nesse contexto são conscientes da diversidade.

Em nosso contexto rondoniense, o cidadão precisa entender que ele é agente direto na formação de uma sociedade, independente da sua origem, se veio como migrante ou se é nativo. O que importa é que esse faz parte desse conjunto social, e sua cultura e seus conhecimentos servem e são para desenvolver esse lugar. Segundo Gonçalves:

A Amazônia, longe de ser homogênea, é uma região extremamente complexa e diversificada. Contrasta com a visão externa à região,

homogeneizadora, que vê como Natureza, como Floresta, como Atrasada, como Reserva de Recursos, como o Futuro do Brasil, como presente vivido, em seus diferentes contextos socioculturais específicos por populações que forjaram seu patrimônio de conhecimentos na convivência com os mais diferentes ecossistemas. Habitar esses espaços é um desafio à inteligência, à convivência com a diversidade. Esse é o patrimônio que as populações originárias e tradicionais da Amazônia oferecem para o diálogo com outras culturas e saberes. (2005, p. 09).

É preciso entender o valor da nossa região e não apenas o local, mas também as pessoas que vivem nele e fora dele também, se valorizarmos o outro, teremos muita coisa, como o outro terá também, que constituirá a troca. Como já sabemos a região Amazônica é rica em natureza, água, plantas medicinais, alimentação natural etc., mas o Outro tem muito também, pois tem a sua individualidade somada à nossa miscigenação.

3.1 Educações Linguística

Segundo Pessoa:

Uma história da Escola no Brasil revela que, até aproximadamente os anos 1950, o ensino destinava-se, fundamentalmente, às camadas privilegiadas da população, as únicas que tinham acesso assegurado à escolarização. Nesse sentido, temos de concluir que os alunos pertencentes a essas camadas chegavam às aulas de Português já com razoável domínio do dialeto de prestígio (...) Parece-nos que esse ensino dos anos 1950 já não cabe na atualidade brasileira e, muito menos, na realidade de um estado de população caracterizada como 'migrante', com uma bagagem cultural de falares caracterizadores de, possivelmente, todas as regiões do Brasil, como é o caso do Estado de Rondônia. (2007, p.35).

O educador/investigador/filósofo EDGAR MORIN, em uma entrevista para a revista Nova Escola (2003), afirmou que “é preciso aprender sobre a condição humana, a compreensão e a ética, entender a era planetária em que vivemos e saber que o conhecimento, qualquer que seja ele, está sujeito ao erro e à ilusão”. A proposta de MORIN é colocar o ser humano e o planeta no centro do ensino.

Educação Linguística significa educar considerando a diversidade linguística e a heterogeneidade cultural, é saber que existe a variação linguística e ter ciência que isso é normal, como muitos pesquisadores já perceberam isso e como afirma Geraldi

A existência de variedades linguísticas é um fato empírico inegável. Habitados, com justiça, a observar as diferenças entre os modos de falar, temos distinguido, pela análise de diferenças formais (marcas), diferentes dialetos sociais ou regionais. (1996: p. 56-57).

Em nosso caso, a Educação Linguística é direcionada ao ser humano enquanto construtor desta sociedade Rondoniense que vive e convive neste Laboratório Linguístico que é o Estado de Rondônia, o Portal da Amazônia.

CALVET (2002, p. 145) afirma que política linguística é *“um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua (as) e vida social, e planejamento linguístico a implementação prática de uma política linguística”* PESSOA (2007, p.48) diz também que *“as Políticas Linguísticas são aquelas que durante muito tempo foram vistas como uma incumbência exclusiva do Estado e também são conhecidas nos meios científicos com a denominação de Planificação Linguística”*. Deste modo, é preciso oportunizar a construção de Políticas-Didático-Linguísticas que definam a concepção de língua/linguagem, para que a Educação Linguística seja favorecida em comunidades de heterogeneidade e diversidade linguístico-cultural, como a da Amazônia, de modo geral, e de modo particular como a de Rondônia, de maneira a investigar sua história de origem, o contato de culturas diferentes e, nesse sentido, fazer de tal ensino um verdadeiro instrumento para o exercício da cidadania em sua plenitude.

Os povos da Amazônia são alvos de discriminação e preconceitos. São considerados como sendo portadores de uma cultura pobre, primitiva, tribal e inferior, o que os conduz a perder sua identidade e seu modo de vida tradicional.

A conscientização de que cada povo tem sua história é necessária, pois cada um tem seu papel na construção da sociedade e que não pode

simplesmente ser ignorado ou discriminado em suas atitudes e percursos de vida. ALKMIM (2002,) afirma que quando discriminamos alguém pela sua fala, na verdade, rejeitamos o que esse sujeito representa socialmente. Isto é, a sua classe social, a sua identidade política, a sua origem geográfica, a sua etnia, a sua crença.

Com base nas afirmações de PESSOA (2007) sabemos que em ambientes pluridialectais, como a Amazônia, o contato e interação podem ser conflituosos devido à diversidade e a grande diferença cultural, pois existe o fato da não aceitação de um modo de pensar, se comportar, agir ou viver, e essa rejeição se revela frequentemente em uma classificação da linguagem. Essa desaprovação nada mais é que o preconceito. Ao ocorrer a não aceitação do Outro, o que rejeita está se colocando em uma posição superior, e de certa forma acaba por desprezar tudo que não conhece.

O preconceito linguístico é construído socialmente e encobre o preconceito social, o cultural, o étnico, o religioso e todos os outros. Essa postura gera a exclusão do ser humano, e assim, tira deste todas as possibilidades de uma vida de qualidade. Quando uma pessoa ou um povo é vítima de preconceito em relação a sua língua/linguagem está perdendo também o seu direito de se expressar livremente, de seu modo. Desta maneira, as diversidades, inclusive as de caráter linguístico-culturais, estão impossibilitadas de se manifestarem, ou melhor, de existirem.

As diferenças linguísticas dos falantes de Língua Portuguesa não podem ser usadas como motivos de separação ou discriminação. Ao contrário, devem ser consideradas como fatores de identidade. É preciso entender que as diferenças revelam do falante a sua cultura, sua história e seu percurso de vida.

Essa diversidade é uma rica fonte de conhecimento, tem grande potencial educacional, é um instrumento para levar à conscientização. Isso não quer dizer que não será ensinada a “língua padrão”, esse ensino deve ocorrer com toda certeza, mas é importante que haja uma consideração da existência das outras variedades.

Acreditamos que o ensino da Língua Portuguesa, de modo particular, pode e deve proporcionar a inclusão social e contribuir para uma maior abertura ao Outro.

A Educação Linguística é base na construção da Identidade Social dos povos, principalmente se esses constroem sociedades de migrantes, imigrantes e nativos. A Identidade Social será o resultado da reflexão de como o sujeito vê a si mesmo, inicialmente, e de como aceita, respeita e valoriza o Outro que é seu parceiro na construção dessa Identidade.

LABOV (2008, p. 372) diz, “me inclino a acreditar que o desenvolvimento de diferenças linguísticas tem valor positivo na evolução cultural humana – e que o pluralismo cultural pode até ser um elemento necessário na extensão humana da evolução biológica.” Por isso, precisamos estar preparados, ou nos prepararmos para conviver com as diferenças em relação aos outros, pois, ser diferente não é ser “errado”. Na Amazônia há muito que se dizer sobre o que somos, de onde viemos e o papel que desempenhamos nesta região que é uma parte tão relevante do Planeta.

A contribuição que se espera dar, com as reflexões sobre os temas enfocados neste texto, é de que há muito a ser pesquisado, estudado, investigado. Estamos apenas dando um primeiro passo rumo às reflexões sobre os Estudos de Língua, Cultura e Sociedade em Rondônia.

Referências Bibliográficas

ALKIMIN, Tânia Maria. Língua e discriminação. (2002) In: GTM – *Jornal do Grupo de Tortura Nunca Mais*. Rio de Janeiro, Ano 17, nº43, Dezembro de 2002.

_____. Sociolinguística. In. BENTES e MUSSALIN (Org.). *Introdução à linguística – domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. *A geografia linguística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.



- CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística. In. BENTES e MUSSALIN (Org.). *Introdução à linguística – domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001.
- CIMI – Conselho Indígena Missionário. “*Panewa Especial*”. Revista Missionária. Porto Velho, 2002.
- DUBOIS, Jean e outros. *Dicionário de Linguística*. 9. ed., São Paulo: Cultrix, 1993.
- FUNAI – Fundação nacional do Índio. Relatórios de 2005.
- GERALDI, J. W. *Linguagem e Ensino – exercícios de militância e divulgação*. Campinas: ALB/Mercado de Letras, 1996.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2005.
- IBGE – Dados Estatísticos, 2005.
- LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.
- MENEZES, Esron Penha de. *Território Federal do Guaporé – Retalhos para a história de Rondônia*. Porto Velho: Gênese, 1988.
- OLIVEIRA, Ovídio Amélio de. *História – Desenvolvimento e Colonização do Estado de Rondônia*. 4. ed., Porto Velho: Dinâmica, 2001.
- PESSOA, Maria do Socorro. Artigo: *Concepções de Linguagem e Políticas Linguístico-Culturais: aproximações e/ou afastamentos na Educação Linguística*. 2007. Disponível no sítio: [http://www.oi.acime.gov.pt/docs/Seminario_LP Integracao/8_Maria_Socorro_Pessoa.pdf](http://www.oi.acime.gov.pt/docs/Seminario_LP_Integracao/8_Maria_Socorro_Pessoa.pdf). Acessado em 01/09/2008.
- Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALIB). Disponível no sítio: www.alib.ufba.br Acessado em 24/06/2009.
- Revista Nova Escola. Entrevista com Edgar Morin – *A escola mata a curiosidade*. Edição 168. 2003.
- RODRÍGUEZ, Alfredo Maceira. *Breve Histórico da Geografia Linguística*. Disponível no sítio: [http://www.filologia.org.br/revista/artigo/4\(10\)42-53.html](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/4(10)42-53.html). Acessado em 25/05/2009.
- ROQUETE – PINTO, E. *Rondônia*. 4. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- SILVA, Amizael Gomes. *No rastro dos pioneiros; um pouco da história rondoniana*. Porto Velho: SEDUC, 1984.
- SILVA, Maria das Graças S. N. *Espaço Ribeirinho*. Porto Velho: Terceira Margem, 2003.
- SILVA NETO, Serafim da. *Guia para estudos dialectológicos*. 2ª ed., Belém: Conselho Nacional de Pesquisa/Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.



Revista Eletrônica Língua Viva

TEIXEIRA, Marcos Antônio Domingues. *Dos Campos d'Ouro à Cidade das Ruínas, Grandeza e Decadência do Colonialismo Português no Vale do Guaporé, séculos XVIII E XIX*. Recife, Dissertação de Mestrado, FFLCH/Mestrado em História/UFPE, 1997.

TEIXEIRA, Marcos Antônio Domingues & AMARAL, Gustavo Gurgel. As populações negras da Bacia do Guaporé: Formação etno-histórica, espaço e natureza. In. AMARAL, Nair Ferreira Gurgel (org.). *Multiculturalismo na Amazônia: O singular e o plural em reflexões e ações*. Curitiba: Editora CRV, 2009.

TEIXEIRA, Marcos Antônio Domingues & FONSECA, Dante Ribeiro da. *História Regional (Rondônia)*. 4. ed., Porto Velho: Rondoniana, 2001.